Análise da eficiência na prestação dos serviços públicos no estado de Minas Gerais

Clarice Pereira de Paiva Ribeiro (CMV) - claorion@gmail.com

Luiz Antônio Abrantes (UFV) - abrantes@ufv.br

Jéssika do Vale Silva (ufv) - jessika.adm@hotmail.com

Marco Aurélio Marques Ferreira (UFV) - marcoaurelio@ufv.br

Resumo:

As mudanças ocorridas na opção política e econômica do Estado na década de 1990, culminaram na aprovação da Emenda Constitucional de 1998, que impôs aos gestores públicos a necessidade de avaliação do seu desempenho. Assim, este trabalho foi norteado pela questão: Os recursos públicos foram aplicados eficientemente nas áreas sociais no estado de Minas Gerais? Foram construídos quatro indicadores de eficiência da gestão dos recursos nas áreas sociais, através da metodologia DEA com análise de janela, obtendo sua evolução através da taxa média geométrica. Constatou-se que há limitações no provimento dos bens/serviços para a população mineira e ineficiência na alocação de recursos na área social . Verificou-se aumento nas médias dos indicadores de eficiência nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento creditado ao atendimento das demandas de atenção básica em saúde, saneamento básico urbano, acesso dos alunos à educação e aprovação em exames para o ensino fundamental e médio. Para as dimensões habitação, urbanismo, emprego e renda; constatou-se grande disparidade no estado de Minas Gerais. Quanto às condições de infraestrutura básica para a habitação dos cidadãos apurou-se melhorias, embora, ainda haja extratos populacionais com sérias carências que precisam ser supridas. Para os indicadores de emprego e renda, a situação apresenta-se desafiadora para a administração municipal, considerando que observou-se concentração de renda, carências quanto à geração de emprego e à inclusão social do indivíduo. Neste panorama, recomendam-se estudos que possam aperfeiçoar a avaliação da eficiência na prestação de serviços públicos, considerando as dimensões quanto a eficácia do gasto público.

Palavras-chave: *Avaliação de desempenho. Eficiência. Gestão pública municipal*

Área temática: *Custos aplicados ao setor público*

Análise da eficiência na prestação dos serviços públicos no estado de Minas Gerais

Resumo

As mudanças ocorridas na opção política e econômica do Estado na década de 1990, culminaram na aprovação da Emenda Constitucional de 1998, que impôs aos gestores públicos a necessidade de avaliação do seu desempenho. Assim, este trabalho foi norteado pela questão: Os recursos públicos foram aplicados eficientemente nas áreas sociais no estado de Minas Gerais? Foram construídos quatro indicadores de eficiência da gestão dos recursos nas áreas sociais, através da metodologia DEA com análise de janela, obtendo sua evolução através da taxa média geométrica. Constatou-se que há limitações no provimento dos bens/serviços para a população mineira e ineficiência na alocação de recursos na área social . Verificou-se aumento nas médias dos indicadores de eficiência nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento creditado ao atendimento das demandas de atenção básica em saúde, saneamento básico urbano, acesso dos alunos à educação e aprovação em exames para o ensino fundamental e médio. Para as dimensões habitação, urbanismo, emprego e renda; constatou-se grande disparidade no estado de Minas Gerais. Quanto às condições de infraestrutura básica para a habitação dos cidadãos apurou-se melhorias, embora, ainda haja extratos populacionais com sérias carências que precisam ser supridas. Para os indicadores de emprego e renda, a situação apresenta-se desafiadora para a administração municipal, considerando que observou-se concentração de renda, carências quanto à geração de emprego e à inclusão social do indivíduo. Neste panorama, recomendam-se estudos que possam aperfeiçoar a avaliação da eficiência na prestação de serviços públicos, considerando as dimensões quanto a eficácia do gasto público.

Palavras-chave: Avaliação de desempenho. Eficiência. Gestão pública municipal.

Área Temática: Custos aplicados ao setor público.

1. Introdução

As mudanças ocorridas na opção política e econômica do Estado na década de 1990, culminaram na aprovação da Emenda Constitucional de 1998, que impôs aos gestores públicos a necessidade de avaliação do seu desempenho. Esta emenda acresce ao texto constitucional princípios e normas de gestão pública e exigiu o controle das finanças a fim de direcionar os gestores públicos para a busca da eficiência e eficácia gerencial.

Assim, esta década é marcada por uma maior consciência nacional acerca da necessidade de conciliar o atendimento das demandas sociais com um maior rigor orçamentário (GIAMBIAGI e ALEM, 2008), principalmente em um momento em que se discute no cenário nacional, a equidade, a transparência e a eficiência na alocação de recursos públicos. Nesse processo, a magnitude das demandas, os interesses envolvidos e a competição por recursos limitados, podem modificar as estruturas e a direção do gasto público (CASTRO *et al* , 2008).

Desta forma é grande o desafio para os gestores públicos encontrar respostas de como superar a escassez de recursos públicos para fortalecer os elos das experiências de superação da pobreza. Este fato é reforçado pela carência de políticas sociais eficientes, em razão da

necessidade de otimização dos recursos existentes, muito aquém das amplas necessidades sociais brasileiras.

Nesse contexto, o papel do Estado reaparece com a missão de contribuir na redução das desigualdades e na promoção do desenvolvimento. Para isso, aspectos relativos à capacidade de gestão governamental podem e devem ser otimizados, visando aumentar a eficiência e a governança de políticas públicas (COSTA e CASTANHAR, 2003).

Em busca da redução dos déficits públicos nas três esferas de governo, a necessidade permanente de se cortar custos torna-se um grande desafio para os governantes, pois precisam manter a qualidade do serviço para o cidadão. Portanto, a redução de custos não deve afetar a qualidade do serviço prestado ao público. Segundo Afonso (2000) uma deficiência verificada nos cortes de orçamento lineares é a falta de sensibilidade sobre onde estão os gastos supérfluos e que, portanto, podem ser cortados sem a deterioração da qualidade dos serviços essenciais.

Os gastos públicos são ferramentas importantes para a atuação dos governos. Afinal, é por uma adequada aplicação dos recursos, que o Serviço Público poderá realizar seus objetivos e metas para atender as necessidades da população. Observa-se, por toda parte e em escala crescente, um incremento constante dos gastos púbicos, principalmente a partir dos processos de industrialização, urbanização e consolidação democrática (GIAMBIAGI e ALÉM, 2008).

Neste cenário, é de interesse social, discutir a qualidade dos gastos públicos, considerando a eficiência na alocação dos recursos públicos bem como a eficácia alcançado nos resultados obtidos na ação governamental. Para Mendes (2006) a redução e a maior eficiência do gasto público são condições necessárias para que o Brasil possa lograr taxas mais elevadas de crescimento econômico, menos desigualdade social, mais oportunidades de trabalho, menos violência e uma vida mais longa e recompensadora para a população. Segundo, Baptisteli (2009) o gasto público ineficiente e desnecessário é nocivo à sociedade, pois torna-se essencial que as políticas públicas sejam mais transparentes, eficientes, igualitárias, econômicas relação aos gastos públicos .

Ao longo dos últimos anos, várias abordagens distintas têm sido utilizadas para avaliar programas e políticas públicas no país. Por exemplo, há um grande conjunto de estudos fundados na eficiência alocativa dos programas governamentais que faz uso de técnicas tradicionais de análise custo-benefício e custo-efetividade (MACHADO e SIMÕES, 2008), buscando avaliar a eficiência do Estado. Sobre a utilização eficiente de recursos públicos pode-se citar os trabalhos de Resti (1997) em Finanças; Kassai (2002), Souza Jr. E Gasparini (2006) em Administração; Marinho (2001), Bezerra e Diwan (2001), Toyoshima (2008) em Administração Pública. Destaca-se que todos os autores analisaram a eficiência utilizando a metodologia da Análise Envoltória de Dados-DEA.

Diante dos fatos apresentados, este estudo teve como objetivo geral analisar a alocação dos recursos e a eficiência na gestão dos recursos públicos destinados às áreas de saúde, educação, saneamento, cultura, habitação, renda e emprego nos municípios mineiros. Para tanto, os gastos serão analisados do ponto de vista da função governamental.

A função de governo é o maior nível de agregação das despesas ao setor público e essa classificação é necessária para aumentar a eficiência e eficácia na programação do gasto. (REZENDE, 2001). E na visão de Castro et al (2008) essa classificação orienta o agrupamento das despesas de caráter social segundo o critério de objetivo ou finalidade das despesas. Neste estudo serão considerados os gastos sociais, que segundo Souza (2007) são destinados à provisão de bens e serviços meritórios ou do tipo quase públicos, ou seja, aqueles que proveem de bens e serviços para a “coletividade”. De acordo com Rezende (2001) e Souza (2007) os gastos sociais podem ser mensurados através das despesas com assistência social, previdência social, saúde, educação, cultura, urbanismo, habitação, saneamento. Nesta

pesquisa, foram incluídas as despesas com trabalho e renda por entender que também contribuem para o desenvolvimento social podendo promover o bem-estar da população.

Neste sentido, este trabalho será norteado pela seguinte questão: Os recursos públicos foram aplicados eficientemente nas áreas sociais no estado de Minas Gerais? Mais especificamente, pretende-se apresentar um panorama da eficiência quanto a aplicação dos recursos públicos nas áreas sociais, e, quantificar os ganhos e perdas em eficiências para os municípios mineiros no período de 2000 a 2007.

A conceituação de eficiência na literatura é acompanhada das definições diferenciadoras e complementares de eficácia e de efetividade. A eficiência refere-se ao cumprimento de normas e à redução de custos. Sua utilidade é verificar se um programa público foi executado de maneira mais competente e segundo a melhor relação custo-produto. Eficácia refere-se ao alcance de resultados e à qualidade dos produtos e serviços e sua utilidade é verificar se os resultados previstos foram alcançados em termos de quantidade e qualidade. A efetividade, por sua vez, refere-se ao efeito da decisão pública e sua utilidade é verificar se o programa responde adequadamente às demandas, aos apoios e às necessidades da comunidade (CNM, 2008).

2. Revisão de Literatura

2 .1. A questão da avaliação dos custos no setor público

A mudança no ambiente econômico mundial que vem acontecendo há algum tempo tem levado a administração pública a buscar melhor eficiência e qualidade nos serviços públicos. Nesse novo ambiente, produtividade e qualidade constituem-se em metas a serem alcançadas por todas as instituições.

Nesse sentido, a Lei de Responsabilidade Fiscal resgatou a preocupação com a limitação de gastos e com a implantação de uma contabilidade de custos no setor público. Ela determina o controle de alguns gastos específicos como, por exemplo, pessoal e serviços de terceiros, estabelecendo um patamar em relação a receita arrecadada no período. Além disso, ela impõe limites de endividamento da União, Estados e Municípios. Estes limites têm efeito direto sobre o desempenho das contas públicas.

Segundo Sampaio (2008), ainda não houve tal implantação em toda a administração pública brasileira por conta de uma série de fatores, dentre eles a dificuldade de se conceber sistemas adequados ao setor público, haja vista que tal ferramenta de gestão é utilizada há muito tempo na iniciativa privada e por empresas que buscam o lucro, num conceito empresarial, restrito.

Segundo o referido autor o insucesso da implantação e /ou utilização de sistemas de custos no setor público possa ser creditado à confusão conceitual e cultural que os termos despesas e custos signifiquem em cada setor, aliado a outros entraves burocráticos como o direcionamento do controle das finanças públicas para o enfoque financeiro, a falta de uma Contabilidade Patrimonial mais consistente e representativa da realidade econômica e contábil das entidades públicas, bem como a manutenção de regime misto relativo para as receitas e despesas públicas.

O modelo de gestão do Estado, previsto constitucionalmente, segundo Moura, cria as condições para se utilizar os conceitos da contabilidade de custos, como um dos critérios de avaliação de desempenho. Isto decorre do fato da contabilidade de custos, ser um sistema de mensuração, onde relaciona insumos (material, pessoal, instalações, etc) com resultados ou benefícios atingidos. A ausência de um sistema de custo impede que a administração pública possa avaliar a utilização dos recursos alocados aos seus agentes e os resultados por eles atingidos, como prevê o dispositivo constitucional.

Piscitelli (1988, p. 33) comenta que “a falta de um sistema de contabilidade de custos impede a fixação de medidas de desempenho, em prejuízo do processo de planejamento como um todo”. Uma situação onde a contabilidade de custos poderia ser útil, na administração pública, diz respeito ao processo de tomada de decisão quanto a distribuição ou corte de recursos das unidades gestoras de acordo com o seu desempenho.

A economicidade na gestão pública está estreitamente ligada a informações adequadas de custos; sem estas, não se sabe quais insumos prejudicam os resultados esperados. Giacomoni (2002, p. 166) afirma que ao medir insumos e produtos, o sistema de mensuração realiza comparações e cria medidas úteis para a tomada de decisão dentro do processo orçamentário.

A solução para verificar deficiências e ingerências sobre os gastos públicos deve ser a análise pormenorizada dos custos, identificando as atividades essenciais e as supérfluas à manutenção das atividades públicas. Alonso (1999) demonstra que através da análise dos indicadores, pode-se comparar o desempenho de unidades que prestam ou utilizam serviços e processos da mesma natureza. Como resultado da aplicação dos indicadores pode haver a otimização dos resultados no setor público, possibilitando que as decisões sejam tomadas de forma mais precisas, melhorando, assim, o acompanhamento nas práticas de gestão pública.

Diante deste contexto, nesta pesquisa, buscou-se analisar as práticas de gestão pública atinentes às áreas sociais, considerando a eficiência na aplicação dos recursos públicos através da metodologia DEA- Análise Envoltória de Dados.

2.5. Os conceitos de receita e despesa públicas

Kohama (2003; p.82) define como receita pública todo e qualquer recolhimento feito aos cofres públicos, quer seja efetivado através de numerário ou outros bens representativos de valores – que o Governo tem o direito de arrecadar em virtude leis, contratos ou quaisquer outros títulos de que derivem direitos a favor do Estado - quer seja oriundo de alguma finalidade específica, cuja arrecadação lhe pertença ou caso figure como depositário de valores que não lhe pertencerem.

Cabe à União, aos Estados, Distrito Federal e aos Municípios instituir, prever e efetivamente arrecadar todos os tributos de sua competência constitucional. Assim de acordo com o artigo 35, inciso I, da Lei 4.320 de 17.03.1964, pertencem ao exercício financeiro as receitas nele arrecadadas caracterizando-se, dessa forma, o regime de caixa para a contabilização das receitas.

Define-se como despesa pública toda saída de recursos ou todo pagamento efetuado, a qualquer título, pelos agentes pagadores para saldar gastos fixados na Lei do Orçamento ou em lei especial e destinados à execução dos serviços públicos (ANDRADE; 2007). A Despesa Pública ao contrário da receita deve ser registrada segundo regime de competência, ou seja, pertencem ao exercício financeiro as despesas nele, legalmente, empenhadas (art. 35 da lei 4.320/1964).

Seja na iniciativa privada ou no setor público a despesa sempre representa aplicação de recursos para a geração de resultados, sendo que no setor público, o resultado é o social, ao passo que na iniciativa privada tal resultado perseguido é a receita e conseqüentemente o lucro. Em ambos os casos, o objetivo maior é maximizar o uso dos recursos com o objetivo de obter melhores resultados, daí um aspecto importante a ser analisado quando da concepção de sistemas de custos próprios de cada setor, considerando que em ambos os casos se buscam por maximização de resultados.

No setor público, a maximização do uso dos recursos públicos ocorre por pressão direta ou indireta da sociedade, através da legislação imposta à administração pública e se os resultados não são alcançados conforme previsto, torna-se necessária a correção dos objetivos

dos programas a serem realizado, que pode ser lenta mas buscando a obtenção de maior qualidade a menores custos para os serviços prestados.

Comparando o setor público à iniciativa privada, com relação às receitas, as diferenças são facilmente compreendidas, todavia com relação às despesas, a diferença básica é inerente aos aspectos formais (inclusive conceituais) tanto em termos contábeis quanto administrativos, bem como em relação às características de busca de maximização (Sampaio, 2008)

O referido autor esclarece que, no setor público, a tendência é que os gastos sejam classificados como despesas, pela ausência de apuração de resultado econômico (lucro ou prejuízo bem como da ausência do princípio contábil da confrontação da receita e despesa), uma vez que os resultados econômico-financeiros se referem a déficits ou superávits (afeitos ao controle de caixa). Além disso, também considera-se que o objetivo do Estado é a busca pelo bem estar social, mas não há cultura de mensuração dos custos efetivos e a sua comparação com serviços semelhantes que sejam prestados pela iniciativa privada (quando possível), ou por outra entidades pública do mesmo ou de outros níveis de governo.

Com o intuito de mensurar a eficiência na alocação dos recursos públicos destinados à área social, será considerado como um conceito de despesa mais abrangente, em que:

> **Despesa**, é toda apropriação ou reconhecimento de aplicação de recursos (bens ou serviços), em determinado momento, destinado a atender aos objetivos finalísticos da entidade, que pode ser a geração de uma receita nas empresas que visam atividade lucrativa ou o atendimento aos ideais de entidades sem fins lucrativos (SAMPAIO, 2008;p.9)

3.Metodologia

A escolha do Estado de Minas Gerais, como unidade de análise se justifica pelo fato de apresentar expressivas disparidades regionais com reflexos nos níveis intra e interregionais de qualidade de vida. Além disso, é o maior Estado da região sudeste em área, o segundo Estado brasileiro mais populoso, quarto do País em área e possui a terceira economia do País. Possui mais de 20 milhões de habitantes que se distribuem em 853 municípios (IBGE, 2010).

A amostra desta pesquisa é constituída por 760 municípios, que representam 89,09% do total. A exclusão dos outros municípios se deu por motivo de ausência de dados e *outliers*. Os dados foram coletados no período de 30 de fevereiro a 30 de julho de 2011, referentes ao período de 2000 a 2007. Para a operacionalização da pesquisa, foram utilizados dados secundários e informações de organismos oficiais como DATASUS, INEP, entre outros.

Para verificar as mudanças aos longos dos anos (2000 a 2007) nas eficiências técnicas dos municípios de Minas Gerais, considerando a aplicação de recursos públicos na área social, a metodologia utilizada consistiu na análise de janelas da técnica conhecida como Análise Envoltória de Dados.

A Análise Envoltória de Dados (DEA, do inglês *Data Envelopment Analysis*) é uma ferramenta não-paramétrica que avalia a eficiência técnica relativa de unidades produtivas, chamadas de Unidades tomadoras de decisão (DMU, da sigla em inglês *Decision Making Units*), comparando entidades que realizam tarefas similares e se diferenciam pela quantidade de recursos utilizados (*inputs*) e de bens produzidos (*outputs*). É uma ferramenta adequada tanto para avaliar a eficiência relativa das DMUs quanto para o estabelecimento de metas para DMUs consideradas ineficientes. As DMUs são comparadas de acordo com o conceito de eficiência de Farrel, que consiste na razão entre a soma ponderada dos *outputs* y e a soma ponderada dos *inputs* x de cada DMU. As variáveis de decisão são o vetor u, que representa os pesos relacionados aos *outputs* y, e o vetor v, que representa os pesos relacionados aos *inputs* x.

O índice da eficiência técnica pode ser mensurado considerando diferentes fronteiras de produção e diferentes retornos de escala (constantes-CRS, não crescentes-NIRS e variáveis-VRS). Além disso, o que difere um índice do outro é a orientação da projeção, que pode ser orientação insumo, orientação produto e orientação insumo-produto. O modelo DEA com orientação produto e pressuposição de retornos constantes à escala, procura maximizar o aumento proporcional nos níveis de produção, mantendo fixas as quantidades de insumos. Considerando um sistema com m produtos, k insumos e n municípios, o modelo para o cálculo da eficiência do i-ésimo município pode ser representado da seguinte forma:

$$\begin{aligned} &\text{MAX} \quad \phi, \\ &\text{sujeito a :} \\ &\quad -\phi y_i + Y\lambda \geq 0 \\ &\quad x_i - X\lambda \geq 0 \\ &\quad \lambda \geq 0 \end{aligned} \qquad (1)$$

em que **yi** é um vetor (m x 1) de quantidades de produto do i-ésimo município; **xi** é um vetor (k x 1) de quantidades de insumo do i-ésimo município; **Y** é uma matriz (n x m) de produtos dos n municípios; **X** é uma matriz (n x k) de insumos dos n municípios; e λ é um vetor (n x 1) de pesos. Nos modelos com orientação produto, o valor encontrado na solução dos problemas (ϕ) é maior ou igual a 1, indicando a máxima expansão possível da produção, mantendo fixas as quantidades de insumos. Nesse sentido, para obter a medida de eficiência basta considerar o inverso deste número, ou seja, $1/\phi$.

O Problema de Programação Linear (PPL) apresentado anteriormente é resolvido n vezes, uma vez para cada município, e, como resultado, apresenta os valores de ϕ e λ. Caso o município seja ineficiente, os valores de λ fornecem os "pares" daquela unidade, ou seja, os municípios eficientes que serviram de referência (ou *benchmark*) para o município ineficiente.

No intuito de incorporar a possibilidade de retornos variáveis, basta adicionar ao PPL anterior a restrição de convexidade $N1'\lambda = 1$, em que N1 é um vetor (nx1) de números uns. Essa abordagem forma uma superfície convexa de planos em interseção, a qual envolve os dados de forma mais compacta do que a superfície formada pelo modelo com retornos constantes.

De acordo com o objetivo desta pesquisa e a constatação de que, em geral, as relações que se estabelecem no campo das políticas públicas não supõem retornos constantes de escalas, opta-se por aplicar o modelo BCC da DEA. Tal modelo utiliza a fronteira VRS, que considera rendimentos variáveis de escala, com orientação *output*. Trata-se, pois, de maximizar os *outputs* sem diminuir os *inputs*, ou seja, responder à questão: dados os recursos orçamentários limitados, quais municípios conseguem utilizá-los de forma mais eficiente?

Neste estudo, as variáveis serão divididas em *inputs* (insumos ou entradas do sistema) e *outputs* (produtos ou saídas do sistema). As variáveis utilizadas para o cálculo da eficiência relativa foram escolhidas com base na função alocativa do Estado, pautando-se nas dimensões do gasto social determinadas pela Portaria 42/1999. Utilizou-se como *input* uma variável que sintetize as despesas per capita nos municípios, por exemplo, gasto anual per capita considerando cada função de governo analisada. Também, propôs-se como *outputs* a utilização variáveis representativas de desempenho do setor de Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Habitação e Urbanismo, e Emprego e Renda.

Com os modelos de DEA é possível analisar a evolução de eficiência no tempo em unidades organizacionais. Um destes processos de análise dinâmica da DEA é denominado de Análise de Janelas e foi realizado em um dos trabalhos de Chames *et al* (1985). Nesta abordagem cada unidade organizacional é tratada separadamente, em um determinado período de tempo, como se fosse uma unidade distinta. Deste modo, ela é comparada com ela mesma sendo apresentadas as mudanças ocorridas em sua eficiência no tempo. A Análise de Janela

permite analisar a performance da DMU no decorrer do tempo, oferecendo evidências de estabilidade e sensibilidade dos escorres de eficiência e a tendência da eficiência da DMU.

Segundo Ferreira e Gomes (2009), o processo de troca dos dados é similar ao da média móvel, ou seja: cada vez que entra uma nova unidade de tempo na análise, sai outra, que, geralmente, é a primeira que entrou na análise anterior. Esta abordagem permite que as unidades sob análise apenas sejam comparadas com outras que se encontram relativamente perto no tempo, portanto, tecnologicamente semelhantes.

Obtidas as fronteiras de produção nas janelas dos anos de 2000 a 2007, foi calculada a variação do nível de eficiência considerando a taxa média geométrica de crescimento ao longo deste período. Segundo Munhoz (1989), essa taxa é apropriada a situações em que uma variável qualquer registra tendência de crescimento (positivo ou negativo) a taxas não homogênea, como nas séries relativas a produção, nível de emprego, arrecadação tributária, carga transportada, etc., onde uma infinidade de fatores tende a contribuir para que a evolução do fenômeno obedeça a ritmos diferenciados, em distintos períodos. O cálculo da taxa média geométrica de crescimento será possível é dado pela equação 2:

$$TMGC = \left(\frac{vf}{vi}\right)^{\frac{1}{n}} - 1, \text{ onde:} \qquad (2)$$

TMGC = Taxa média geométrica de crescimento;
vf = valor final;
vi = valor inicial;
n = número de períodos de variação

Para a manipulação quantitativa dos dados, foram utilizados os softwares SPSS e SEM, utilizando para todos os testes o nível de confiança de 95%.

3.1. Construção dos Indicadores de Eficiência na Área Social

A partir dos dados da pesquisa foram construídos quatro indicadores: Educação e Cultura, Saúde e Saneamento, Habitação e Urbanismo, e Emprego e Renda. Os resultados de cada dimensão são obtidos pela análise de eficiência, com orientação-produto, realizada por meio da metodologia DEA, levando em conta a relação produto-insumo, e compara o desempenho de cada município em relação aos demais.

Para cada uma das quatro dimensões consideradas, foram criados, para o período de 2000 a 2007, indicadores sintéticos, IEec- Educação e Cultura, IEss – Saúde e Saneamento, IEhu – Habitação e Urbanismo, IEer – Emprego e Renda, que permitiram a hierarquização dos municípios mineiros conforme seus níveis de alocação de recursos de educação, saúde, habitação e desenvolvimento econômico e os benefícios gerados por estes recursos. A composição destes indicadores sintéticos está detalhada no quadro1.

O indicador IEec é composto por 5 variáveis produtos e 1variável insumo. Nesta dimensão, foram incluídos indicadores de taxa de matrícula de 0 a 25 anos e rendimento em prova anual dos alunos do Ensino Fundamental e Médio. A escolha de tais variáveis deve-se ao fato de ser de obrigação constitucional dos gestores públicos promoverem acesso da população à educação básica, fundamental e média. O IEer é composto por 4 variáveis produtos e 1 variável insumo. Nesta dimensão, foram incluídos indicadores de ocupação formal, nível de emprego, atividade econômica e capital de estoque físico. O gasto com desenvolvimento econômico engloba os gastos nas funções de trabalho, agricultura, comércio, serviços e indústria, ciência e tecnologia, consideradas na portaria nº42/1999 como indutoras de desenvolvimento.

O IEss é composto por 7 variáveis produtos e 1variável insumo. Nesta dimensão, foram incluídos indicadores de atenção a saúde básica, saneamento básico e demanda de

atendimento. A aplicação de recursos públicos em saúde também é uma obrigação constitucional para o administrador municipal. O IEhu é composto por 6 variáveis produtos e 1 variável insumo. Nesta dimensão, foram incluídos indicadores de habitação, infraestrutura e urbanização.

Dimensão	Inputs	Outputs	Fonte de Dados
Educação e Cultura	Gec - Gasto per capital em Educação e Cultura	TxEB - Taxa de matrícula possível de 0 a 6 anos TxEF - Taxa de matrícula possível de 7 a 17 anos TxEM - Taxa de matrícula possível de 15 a 25 anos Ref – Rendimento dos alunos do Ensino Fundamental Rem – Rendimento dos alunos do Ensino Médio	STN, IBGE, INEP- Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira
Emprego e Renda	Gde - Gasto per capita em Desenvolvimento Econômico	TxSF - Taxa de emprego no setor formal Ioc – Índice de ocupações no setor formal VAFp – Valor adicionado fiscal per capita Celp – Consumo per capita de energia elétrica	IPEA , DATASUS STN, IBGE
Saúde e Saneamento	Gss - Gasto per capita em Saúde e Saneamento	Ppsf – População atendida pelos PSFs Txds – Taxa da População com doenças por saneamento inadequado[1] TxAB- Indice População com acesso a água e banheiro PihA - Proporção de internações hospitalares por condições sensíveis à atenção ambulatorial PipM - Proporção das internações para o parto de pacientes do SUS encaminhada para outro município[1] PimcM -Proporção das internações de média complexidade de pacientes do SUS encaminhados para outro município[1] Cbv – cobertura vacinal	FJP – Fundação João Pinheiro STN – Secretaria do Tesouro Nacional IBGE DATASUS- Departamento de Informática do Sistema Único de Saúde
Habitação e Urbanismo	Ghu - Gasto per capita em Habitação e Urbanismo	Crpel – Consumo residencial per capita de energia elétrica Iplxt – Índice de população com lixo tratado Ipss- Índice população com saneamento sanitário Iflc – Índice de famílias com lixo coletado Ifaf – Índice de famílias com acesso a água filtrada Pfct –Percentual de famílias com casa de tijolos	DATASUS, STN IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

Quadro 1: Dimensões, inputs, outputs e fontes de dados para os indicadores de eficiência.
Fonte: Elaboração dos autores, 2012.
Nota 1: Para os *outputs* indesejáveis, ou seja, aqueles cuja produção deve ser minimizada, foi dado o tratamento da abordagem da função não paramétrica de distância direcional de Fare e Grosskopf (2004), baseado na redução dos *outputs* indesejáveis

Os resultados dos indicadores variam de 0 a 1, sendo quanto mais próximo de 1, melhor a capacidade de provimento de produtos e serviços nas áreas sociais para a população.

4 Resultado e Discussões

4.1. Panorama da eficiência na prestação de serviços na área social

Neste estudo foram determinadas quatro dimensões para análise da eficiência na prestação de serviços públicos, no período de 2000 a 2007. Estas dimensões referem-se às áreas de educação, cultura, emprego, renda, saúde, saneamento, habitação e urbanismo, suas características descritivas estão demonstradas na tabela1.

Considerando a dimensão educação e cultura, observou-se ao longo do período analisado, que a maioria dos municípios apresentou bons escores de eficiência (acima de 0,8), demonstrando pouca disparidade entre eles. Isto significa que muitos municípios conseguiram utilizar seus recursos promovendo maior acessibilidade dos alunos de 0 a 25 anos às salas de aula, obtendo bons desempenhos nas provas de avaliação do ensino fundamental e médio e garantindo acesso dos estudantes à biblioteca. Embora, tenham ocorrido melhorias no provimento de serviços básicos de educação infanto-juvenil, ainda houve falhas na gestão e alocação dos recursos, evidenciando a necessidade de melhor desempenho da Administração Pública.

Para a dimensão saúde e saneamento notou-se altas médias nos escores (0,9), porém os escores mínimos foram medianos (0,5), revelando maior disparidade na área de saúde e saneamento do que para as áreas de educação e cultura. Ao considerar os investimentos em saúde e saneamento, verificou-se que uma parte dos municípios precisa melhorar sua eficiência quanto ao atendimento de questões de saúde e saneamentos básicos. Como por exemplo, casas que ainda não tem acesso à rede de saneamento sanitário e grande número de municípios que recorrem a pólos regionais para atender suas demandas quanto à realização de partos, causando congestionamento dos serviços de saúde básica nos pólos regionais.

Tabela 1: Características descritivas para os escores de eficiência do gasto em educação e cultura.

Ano	Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
Escores de Eficiência do Gasto em Educação e Cultura					
2000	**IEec**	0,711	1,000	0,9044	0,0592
2001	**IEec**	0,619	1,000	0,9341	0,0563
2002	**IEec**	0,720	1,000	0,9230	0,0558
2003	**IEec**	0,691	1,000	0,9376	0,0501
2004	**IEec**	0,746	1,000	0,9234	0,0523
2005	**IEec**	0,762	1,000	0,9310	0,0519
2006	**IEec**	0,774	1,000	0,9191	0,0498
2007	**IEec**	0,609	1,000	0,9169	0,0582
Escores de Eficiência do Gasto em Saúde e Saneamento					
2000	**IEss**	0,511	1,000	0,9314	0,08365
2001	**IEss**	0,658	1,000	0,9500	0,06853
2002	**IEss**	0,679	1,000	0,9596	0,04972
2003	**IEss**	0,746	1,000	0,9405	0,06028
2004	**IEss**	0,724	1,000	0,9583	0,04919
2005	**IEss**	0,679	1,000	0,9423	0,06069
2006	**IEss**	0,797	1,000	0,9635	0,04231
2007	**IEss**	0,791	1,000	0,9768	0,03595
Escores de Eficiência do Gasto em Habitação e Urbanismo					
2000	**IEhu**	0,189	1,000	0,8393	0,2236
2001	**IEhu**	0,193	1,000	0,8774	0,2154
2002	**IEhu**	0,187	1,000	0,9037	0,1877
2003	**IEhu**	0,247	1,000	0,9269	0,1582
2004	**IEhu**	0,192	1,000	0,9216	0,1752
2005	**IEhu**	0,286	1,000	0,9520	0,1243
2006	**IEhu**	0,333	1,000	0,9682	0,0881
2007	**IEhu**	0,355	1,000	0,9736	0,0729
Escores de Eficiência do Gasto em Emprego e Renda					
2000	**IEer**	0,013	1,000	0,2821	0,1882
2001	**IEer**	0,013	1,000	0,3067	0,1869
2002	**IEer**	0,030	1,000	0,3149	0,1904
2003	**IEer**	0,030	1,000	0,3267	0,1904
2004	**IEer**	0,036	1,000	0,3138	0,1899
2005	**IEer**	0,024	1,000	0,3075	0,1801
2006	**IEer**	0,051	1,000	0,3003	0,1813
2007	**IEer**	0,047	1,000	0,2869	0,1739

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Analisando a área de habitação e urbanismo, verificou-se grande disparidade entre os municípios explicado pela coexistência em um mesmo espaço geográfico de municípios com escores mínimos muito baixos (0,1) ao lado de outros que apresentaram máxima eficiência (1,0). Neste contexto, observou-se que ainda há municípios carentes quanto ao acesso a água filtrada, bem como a coleta dos resíduos gerados. Constatou-se que as médias evoluíram ao longo dos anos, possibilitando aferir que alguns dos requisitos mínimos para que parte da população tenha melhores condições de moradia foram atendidas no planejamento municipal.

A dimensão emprego e renda teve por objetivo avaliar o desenvolvendo de políticas municipais para aumentar o nível de emprego e, consequentemente, melhorar a renda dos habitantes. Para este indicador constatou-se alta amplitude dos escores, o que representou grande desigualdade entre os municípios analisados. Verificou-se médias muito baixas para os municípios (0,3), situação que evidenciou a desigualdade de renda no estado de Minas Gerais. Coexistem em um mesmo espaço geográfico municípios com indicadores de renda ínfimos e altíssimos. O nível de renda impacta diretamente as condições de vida da população quanto ao acesso a melhores condições de educação, saúde e moradia.

Conforme demonstrado na Figura 1, verificou-se altas médias dos indicadores de eficiência nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento (grupo de alto desempenho). Fato creditado ao atendimento eficiente das demandas de atenção básica em saúde, saneamento básico urbano, acesso dos alunos à educação e aprovação em exames para o ensino fundamental e médio. Segundo Rezende (2001) melhorias nestas áreas são essenciais para promoção do desenvolvimento humano no município. As dimensões habitação, urbanismo, emprego e renda exibiram grande disparidade para o estado de Minas Gerais. Apurou-se alta segregação entre os grupos de alto, médio e baixo desempenho, isto significa que há grande diferença entre as médias do agrupamento. Segundo Martins e Luque (1999) investimentos nestas áreas podem contribuir para a redução de desigualdades sociais.

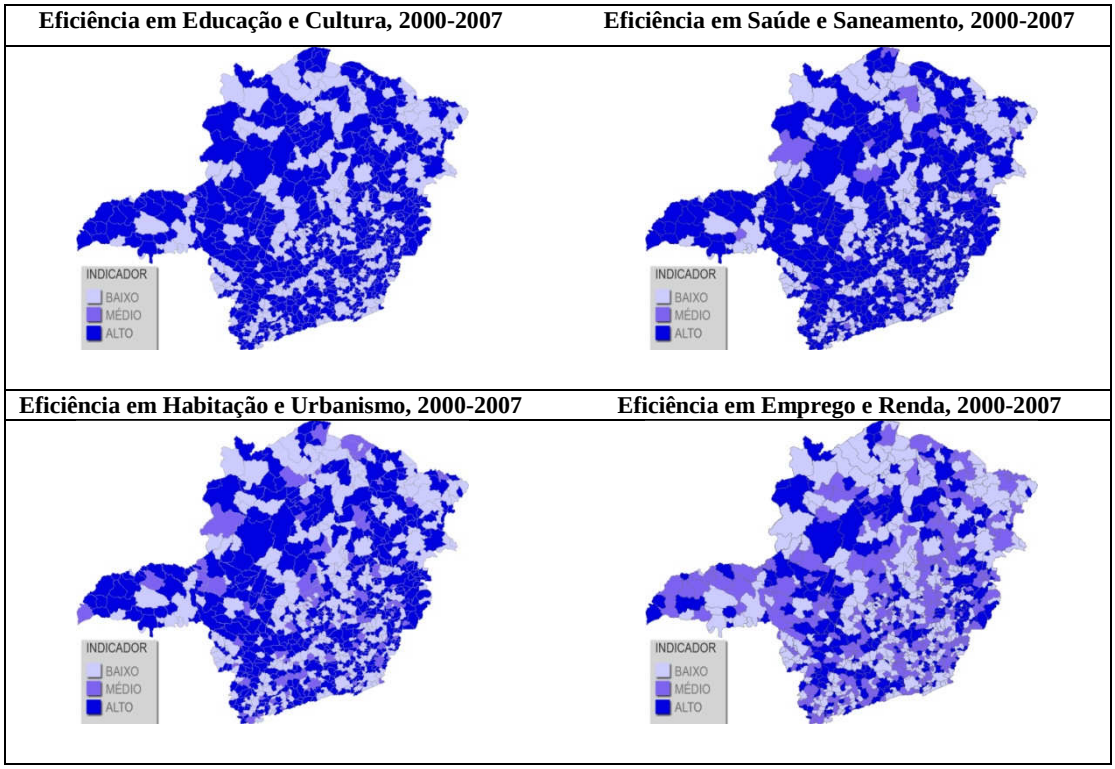

Figura 1 Classificação em grupos dos municípios conforme os indicadores de eficiência na área social.
Fonte: Elaboração dos autores, 2012.

Em síntese, verificou-se aumento nas médias dos indicadores de eficiência nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento. Fato creditado à melhoria no atendimento das demandas de atenção básica em saúde, saneamento básico urbano, acesso dos alunos à educação e aprovação em exames para o ensino fundamental e médio. Segundo Rezende (2001) melhorias nestas áreas são essenciais para promoção do desenvolvimento humano no município, salientando que a eficiência na alocação de recursos públicos é condição que pode melhorar a oferta de serviços públicos de qualidade e atendimento da população. Assim,

quanto melhor o indicador maior será a probabilidade de superação das desigualdades, ampliação de oportunidades e melhoria na qualidade de vida nos municípios.

As dimensões habitação, urbanismo, emprego e renda exibiram grande disparidade para o estado de Minas Gerais. Quanto as condições de infraestrutura básica para a habitação dos cidadãos apurou-se a maior média de evolução da eficiência na alocação dos recursos públicos, embora, ainda haja extratos populacionais com sérias carências que precisam ser supridas e demandem mais investimentos. Segundo Martins e Luque (1999) investimentos nestas áreas podem contribuir para a redução de desigualdades sociais.

4.2. Análise da evolução da eficiência na alocação de recursos em Minas Gerais

Para melhor explicar o comportamento da taxa de evolução da eficiência do gasto social, considerando a localização geográfica dos municípios; foram criados três grupos a partir das medidas descritivas média e desvio-padrão (tabela 2),considerando os ganhos (taxas positivas), perdas (taxas negativas) e sem alterações (eficiência constante ao longo do período de 2000 a 2007). O comportamento dos municípios quanto aos ganhos e perdas de eficiência pode ser visualizado na figura 3.

Tabela 2: características das taxas médias para os indicadores de eficiência na área social.

Variável	Mínimo	Máximo	Média	Desvio-padrão
TmgIEec	-0,0595	0,0438	0,00241	0,01492
TmgIEss	-0,0318	0,1039	0,00875	0,01713
TmgIEhu	-0,1586	0,3060	0,03531	0,06735
TmgIEer	-0,2007	0,4055	0,01454	0,06849

Fonte: Dados da pesquisa, 2012.

Nota: **TmgIEec** – taxa média geométrica para o indicador de eficiência do gasto em educação e cultura, **TmgIEss** – taxa média geométrica para o indicador de eficiência do gasto em saúde e saneamento, **TmgIEhu** – taxa média geométrica para o indicador de eficiência do gasto em habitação e urbanismo,**TmgIEer** – taxa média geométrica para o indicador de eficiência do gasto em emprego e renda.

De modo geral, percebeu-se que a maioria dos municípios analisados melhorou a prestação de serviços na área social (conforme Figura 2), obtendo taxa positivas. Com relação à eficiência na alocação de recursos em Educação e Cultura, verificou-se que 53,75% dos municípios analisados obtiveram ganhos em eficiência, ou seja, ao longo do tempo estão melhorando a prestação de serviços nesta área. Para a aplicação de recursos em saúde e saneamento, apurou-se que houve aumento da eficiência em 65,17% dos municípios. Quanto a área de habitação e urbanismo este percentual é de 60,71% para taxas positivas, e, para a alocação de dinheiro público na área de emprego e renda é de 53,03%. Assim, confirma-se que houve aumento da eficiência na prestação de serviços na área social no estado de Minas Gerais, considerando o período de 2000 a 2007.

Embora se tenha identificado aumento dos indicadores de eficiência na maioria dos municípios analisados para as quatro dimensões deste estudo, constata-se que esta evolução ainda é pouco expressiva conforme valores médios demonstrados, anteriormente, na tabela 2. Considerando os investimentos em educação e cultura, a taxa média de evolução não ultrapassa 0,241%; em saúde e saneamento fica abaixo de 0,876%. Com relação a eficiência na utilização dos recursos públicos na área de emprego e renda a taxa de aumento médio é de 1,54%, e,. para a área de habitação e urbanismo chega a 3,51%. Ressalta-se que a eficiência na alocação de recursos públicos é condição que pode melhorar a oferta de serviços públicos de qualidade e atendimento da população. Consequentemente, quanto melhor o indicador maior seria a probabilidade de superação das desigualdades, ampliação de oportunidades e melhoria na qualidade de vida nos municípios.

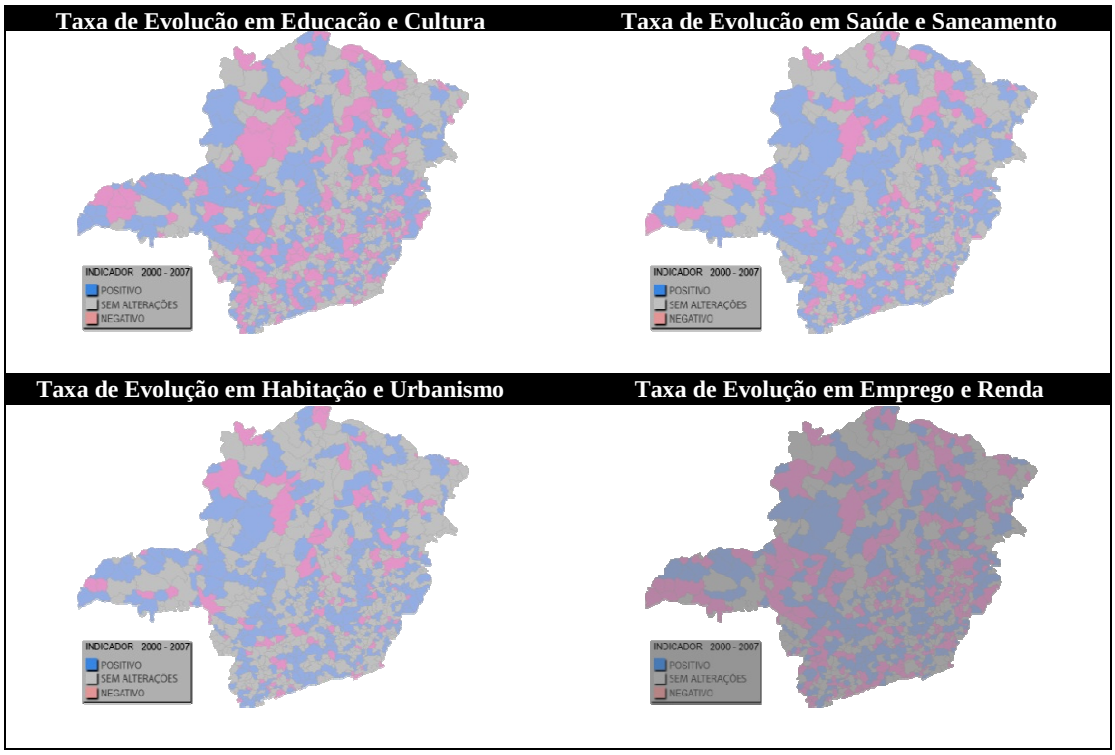

Figura 2: Classificação dos municípios conforme taxa de evolução nos indicadores de eficiência de 2000 a 2007.
Fonte: Elaboração dos autores, 2012.

Assim, observa-se que ainda há muito para melhorar, pois as taxas de evolução são significativamente pequenas. Segundo Rezende (2001), uma das ações do governo municipal que levaria à superação das desigualdades, ampliação de oportunidades e melhoria na qualidade de vida nos municípios, é a alocação eficiente dos recursos visando à oferta de serviços públicos de qualidade e atendimento da população.

Neste contexto, percebeu-se a necessidade de investimentos nas áreas sociais, embora o gasto social tenha evoluído ao longo dos anos, corroborando a opinião de Martins e Luque (1999), de que muito tem se investido, mas ainda precisa-se avançar com relação do atendimento das demandas sociais. Castro et al. (2008) afirma que apesar do aumento dos gastos sociais muito ainda se tem por fazer para promover a melhoria das condições de vida população.

Apurou-se que os municípios precisam melhorar a forma de aplicar os recursos para que possam atender as necessidades básicas da população concernentes aos requisitos básicos de saúde, saneamento, habitação, urbanismo, educação, cultura, renda e emprego. Estes dados comprovam a necessidade de se utilizar de forma eficiente os recursos públicos destinados à área social conforme discutido nos trabalhos de Rocha (2001), Almeida, Giambiagi e Pessoa (2006), Martins e Luque (1999) e Marinho (2001).

5. Conclusão

É necessária a utilização, por parte dos administradores, de procedimentos de contabilidade que visem à melhor utilização dos recursos públicos, cada dia mais escassos. Neste contexto, este estudo buscou analisar a eficiência na gestão dos recursos públicos destinados à áreas sociais. Para tanto, construiu-se quatro indicadores de eficiência para os municípios mineiros, que refletem as decisões e ações políticas assumidas pelos governos municipais ao longo dos

anos, podendo assim, se constituir numa ferramenta para o planejamento da gestão e mensuração dos resultados das ações dos governantes.

Os resultados expõem as limitações na ação do poder local no estado de Minas Gerais, no que se refere ao provimento dos serviços básicos na área social, pois, em média, os gestores dos municípios mineiros não estão alocando de forma eficiente os recursos destinados às áreas sociais.

Verificou-se aumento nas médias dos indicadores de eficiência nas áreas de educação, cultura, saúde e saneamento creditado ao atendimento das demandas de atenção básica em saúde, saneamento básico urbano, acesso dos alunos à educação e aprovação em exames para o ensino fundamental e médio. Para as dimensões habitação, urbanismo, emprego e renda; constatou-se grande disparidade no estado de Minas Gerais. Quanto às condições de infraestrutura básica para a habitação dos cidadãos apurou-se melhorias, embora, ainda haja extratos populacionais com sérias carências que precisam ser supridas Para os indicadores de emprego e renda, a situação apresenta como bastante desafiadora para a administração municipal, considerando que. observou-se concentração de renda, carências quanto à geração de emprego e à inclusão social do indivíduo.

Neste panorama, recomendam-se estudos que possam aperfeiçoar a avaliação da eficiência na prestação de serviços públicos, considerando as dimensões quanto a eficácia do gasto público. Agregando estas dimensões pode-se identificar onde há subutilização dos produtos na consecução das políticas públicas e as falhas do planejamento quanto à definição dos produtos necessários para o alcance dos resultados desejados.

Considerando os resultados desta pesquisa é preciso que haja uma reformulação das práticas de gestão nos municípios mineiros, no intuito de aperfeiçoar os métodos adotados, para que os recursos públicos não sejam utilizados ineficientemente. Uma opção é a implementação de um sistema de custos gerencial desenvolvido especificamente para o setor público, voltado para a melhoria na utilização dos recursos públicos. Este sistema possibilitaria a avaliação dos impactos das políticas públicas, tanto como forma de orientar o Estado no corte dos gastos públicos quanto na aplicação dos recursos. Portanto a mensuração de custo no setor público, além das dificuldades inerentes ao aspecto operacional de sistema de custos, também significa uma mudança de cultura, pelo fato de se introduzir o conceito de produtividade no setor público.

Referências Bibliográficas

AFONSO, R.A.E. Modernização da Gestão:uma introdução a contabilidade pública de custos. Informe SF/BNDES, nº 18, agosto, 2000.

ALMEIDA, M.; GIAMBIAGI, F.; PESSOA, S. Expansão e dilemas no controle do gasto público federal. **Boletim de conjuntura/IPEA**, Brasília, nº 73, p. 89-98, jun. 2006.

ALONSO, Carlos. **Gestão de Custos no Serviço Público**. ENAP 1999. Revista do Serviço Público. Ano 50, nº 1, Jan-mai, 1999.

ANDRADE, N. A.. **Contabilidade pública na gestão municipal**. 3ª ed. São Paulo: Atlas, 2007.

BAPTISTELLI, P. M. F. Qualidade dos gastos públicos dos municípios mineiros na área da educação. Pedro Leopoldo: Fipel, 2009.

BEZERRA, E. P. G.; DIWAN, J. R. **Uso de DEA como alternativa ao IDH na mensuração do desenvolvimento humano nos maiores 132 municípios brasileiros.** Monografia (Programa de Graduação em Engenharia de Produção). UFRJ, Rio de Janeiro, 2001.

BRASIL. Constituição Federal de 1988. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, DF: Senado, 1988.

CASTRO, J.A. RIBEIRO, J.A.; DUARTE, B.C. **Gasto Social e Política Macroeconômica**: trajetórias e tensões no período 1995-2005. TD nº 1324. Rio de Janeiro: IPEA, 2008.

CONFEDERAÇÃO NACIONAL DE MUNICÍPIOS (CNM). **Avaliação da Gestão dos Municípios do Brasil pelo Índice de Responsabilidade Fiscal, de Gestão e Social**. Brasília: CNM,2008.

COSTA F.L., CASTANHAR, J.C. Avaliação de programas públicos: desafios conceituais e metodológicos. **Rev. de Administração Pública**, v. 37 (5), p. 969-992. Rio de Janeiro, 2003.

DATASUS. **Indicadores e Dados Básicos do Brasil.** Disponível em:http://tabnet.datasus.gov.br/cgi/idb2007/matriz.htm> Acesso em: 20 Mai. 2011.

FERREIRA, C.M.C. e GOMES, A.P. Introdução à Análise Envoltória de Dados: teoria, modelos e aplicações. Viçosa, MG: Editora UFV, 2009. 389p.

FARE, R. e GROSSKOPF, S. Modeling Undesirable factors in efficiency evaluation: Comment. **European Journal of Operational Research**, 157, pp. 242-245, 2004.

FUNDAÇÃO JOÃO PINHEIRO – FJP. **Índice Mineiro de Responsabilidade Social**. Disponível em: http://www.datagerais.mg.gov.br/site/int_imrs.php. Acesso em: 18 nov. 2011.

GIACOMONI, J. Orçamento Público. 11ª ed. São Paulo: Atlas, 2002.

GIAMBIAGI, F; ALEM, A. C. **Finanças públicas**: teoria e prática no Brasil. 3 ed.rev. e atual. Rio de Janeiro: Elsevier, 2008.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE. Síntese de I**ndicadores Sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira 2010** Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/Estadossat/default.php> Acesso em: 27 jan. 2012.

INSTITUTO NACIONAL DE ESTUDOS E PESQUISAS EDUCACIONAIS ANÍSIOTEIXEIRA- INEP. **Censo escolar**. Disponível em: < http://www.inep.gov.br > Acesso em: 10 Mar. 2011.

IPEA, FUNDAÇÃO JOÃO PINEIRO, IBGE. **Desenvolvimento humano e condições de vida: indicadores brasileiros.** Brasília: PNUD, IBGE, IPEA, Fundação João Pinheiro; 1998.

KASSAI, S. **Utilização da análise por envoltória de dados (DEA) na análise de demonstrações contábeis**. 318 f. Tese (Doutorado em Contabilidade e Controladoria) – Universidade de São Paulo, São Paulo, SP, 2002.

KOHAMA, H. **Balanços públicos: teoria e prática**. São Paulo: Atlas, 2003.

LOPES, L. S. e TOYOSHIMA, S. H. . Eficiência técnica municipal na gestão dos gastos com saúde e educação em Minas Gerais: seus impactos e determinantes. **XIII Seminário sobre a Economia Mineira,** Diamantina. Economia, História, Demografia e Políticas Públicas, 2008.

MACHADO, F., SIMÕES, A. Análise Custo-Efetividade e Índice de Qualidade da Refeição Aplicados Estratégia Global da OMS. **Rev. Saúde Pública**, vol. 42, fev, n.1, p. 64- 72, 2008.

MARINHO, A. **Avaliação da eficiência técnica nos serviços de saúde dos municípios do Estado do Rio de Janeiro.** Texto para discussão nº 842: IPEA. Rio de Janeiro, 2001.

MARTINS, V., e LUQUE, A. C. O papel dos municípios no desenvolvimento econômico. Os Municípios no Século XXI: **Cenários e Perspectivas**. Ed. Especial. São Paulo: CEPAM, 1999. P.79-85.

MENDES, M. **Gasto Público Eficiente**. Propostas para o Desenvolvimento do Brasil. São Paulo: Instituto Braudel, 2006.

MUNHOZ, D. G. **Economia aplicada:** técnicas de pesquisa e análise econômica. UnB: Brasília, 1989.

PISCITELLI, R. B. **O Controle Interno na Administração Pública Federal**. Brasília: ESAF, 1988.

RESTI, A. Evaluating the cost-efficiency of the Italian banking system: what can belearned from the joint application of parametric and non-parametric techniques. **Journalof Banking e Finance,** v. 21, p. 221-250, 1997.

REZENDE, F. **Finanças Públicas**. 2ª ed. São Paulo: Atlas, 2001. 382 p.

ROCHA, S. **Alguns Consensos sobre a Pobreza no Brasil**. Rio de Janeiro: Escola Nacional de Saúde Pública/Fundação Oswaldo Cruz. 2001.

SAMPAIO, J.A.R. Aspectos conceituais e conjunturais da receita, despesa e resultados no setor público e sua influência na concepção e implantação de sistema de custos na administração pública. **XVIII Congresso Brasileiro de Contabilidade**, Gramado/RS; 2008. Disponível em: http://congressocfc.org.br/hotsite/trabalhos_1/269.pdf, Acesso em: 20.06.2012.

SOUZA JR., C. V. N. de, GASPARINI, C. E. Análise da eqüidade e da eficiência dos Estados no contexto do federalismo fiscal brasileiro. **Estudos Econômicos,** São Paulo,v. 36, n. 4, p. 803- 832, outubro-dezembro, 2006

SOUZA, C.O. **Esforço Fiscal e alocação de recursos nos municípios da Zona da Mata**. 105p. Dissertação de Mestrado – Universidade Federal de Viçosa, Viçosa-MG, 2007.

STN – SECRETARIA DO TESOURO NACIONAL. **Estados e Municípios**: Indicadores fiscais e de endividamento. Disponível em: http://www.tesouro.fazenda.gov.br/lrf/index.asp. Acesso em: 20 jan. 2011.